

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL.PPSA.003/2023**Credenciamento de Escritórios de Advocacia para a PPSA**

(Atualizado em: **28/07/2023** – Esclarecimento nº 12 – Perguntas de 01 a 02)

ESCLARECIMENTO Nº 12

Com relação ao Edital de Credenciamento – Inexigibilidade de Licitação – PPSA 003/2023, gostaria de solicitar os seguintes esclarecimentos:

Pergunta nº 01: No Termo de Referência ao tratar da infraestrutura, consta como desejável que o escritório esteja localizado na cidade do Rio de Janeiro, ficando a data da assinatura do contrato de credenciamento estabelecida como prazo para a instalação do mencionado escritório. Porém, ao responder a pergunta n.º 02, do Esclarecimento 01, consta a informação de que “a necessidade de que o escritório possua base na cidade do Rio de Janeiro será avaliado no curso do processo de Credenciamento”. Assim, questiono, se o escritório tiver localizado em Niterói, cidade na região metropolitana do Rio de Janeiro é suficiente para atendimento dos critérios do edital? Caso a resposta seja negativa, pode ser apresentada declaração com compromisso dos proponentes de criação de escritório na cidade do Rio de Janeiro até a data da assinatura do contrato, sendo esse documento válido para o credenciamento?

Pergunta nº 02: O Edital permite a participação de escritórios de advocacia em consórcio, item 5.4, porém não há indicação da nacionalidade desses escritórios. Gostaria de saber se é possível a realização de consórcio entre escritório brasileiro e estrangeiro? Caso afirmativo, quais os documentos desse escritório estrangeiro devem ser apresentados? É necessária a apresentação de alguma documentação especial deste escritório?

Resposta nº 01: O escritório localizado na cidade do Rio de Janeiro é requisito essencial para qualificação de infraestrutura do interessado, conforme Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023. Vejamos:

“8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

(...)

II) Infraestrutura

Essencial:

*1) Com o objetivo de atender prontamente as demandas da PPSA, o escritório **deve estar localizado na Cidade do Rio de Janeiro, ficando a data de assinatura do contrato de credenciamento estabelecida como o prazo final para a instalação do escritório.*** (grifo nosso)

Dessa forma, a comprovação de localização do escritório em outra cidade não atende ao requisito de infraestrutura, que, conforme respondido por meio do Esclarecimento nº 01, Pergunta nº 02, “será avaliado no curso do processo de Credenciamento quando da análise dos documentos de habilitação e qualificação, conforme previsto no Edital”. (grifo nosso)

No que tange à “declaração com compromisso dos proponentes de criação de escritório na cidade do Rio de Janeiro até a data da assinatura do contrato”, é permitida a sua apresentação no credenciamento, sendo a data de assinatura do contrato de credenciamento o prazo final para a instalação do escritório.

Não obstante, conforme Esclarecimento nº 03, Pergunta nº 02, a instalação deverá ser comprovada por documento formal:

“(a) comprovação de que está localizado na cidade do Rio de Janeiro (quesito “Infraestrutura”, item 1 dos requisitos essenciais)”

Não se trata de mera declaração emitida pelo próprio escritório. Deve ser juntado documento formal que comprove a referida localização. A título de exemplo, citamos o contrato social da proponente.”

Resposta nº 02: Não há vedação ao consórcio entre escritório brasileiro e estrangeiro, devendo ser apresentada a documentação exigida no item 5.5 do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023.

Especificamente por tratar-se de escritório estrangeiro, aplica-se, por analogia, as disposições do art. 70, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021:

“Art. 70 (...)

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.”